

O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: DA SUA ORIGEM ÀS CONTRIBUIÇÕES DA BNCC

Maria Gabriella Barbosa de Souza¹
Gerlândia Beatriz Teobaldo de Oliveira²
Emídio Ferreira Neto³
Maria Luiza Gonçalves da Silva⁴

RESUMO

Consideramos o livro didático uma ferramenta bastante importante para o/a professor/a, se usado de maneira correta. E para isto acontecer é essencial que o docente faça uma escolha boa e crítica acerca do que vai utilizar. Bem como conhecer sobre a história e legislação acerca do livro. Portanto, o presente trabalho busca fazer uma análise a partir do livro didático de geografia utilizado na cidade de Esperança – PB, em uma escola da Zona Rural. Para uma melhor fundamentação iremos trazer um breve histórico sobre o livro didático bem como os documentos norteadores que apoiam e garantem este aos estudantes brasileiros. Além disso, recorreremos a autores como Helena Callai (2005; 2013), Rita Costa e Cileya Moreira (2016), Ângela Katuta e Simone Deák (2017) e Anderson Moço (2008) como base teórica. Encontramos uma ausência de informações e imagens sobre os assuntos; notamos também uma falta de interação do livro com a localidade ao qual ele é utilizado.

Palavras-chave: Livro didático, Geografia, Legislação.

INTRODUÇÃO

No processo de ensino-aprendizagem as metodologias, métodos e instrumentos de avaliação fazem parte fundamental durante este para uma melhor interação entre docentes, discentes e assuntos trabalhados. Com isto, vemos que o livro didático contribui para que esta interação ocorra de maneira mais fluida e envolvente, pois a partir dele seriam apresentados assuntos não vistos ou debatidos antes em sala, apresentando assim uma outra versão do que se vai trabalhar.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, mgabriellabsouza@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, gerlandiabto@gmail.com;

³ Graduado do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ferreiranetoemidio@gmail.com ;

⁴ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, luizagoncalvess2@gmail.com ;

Porém, é necessário que os/as professores/as antes de escolher um livro específico para trabalhar com ele em sala, faça uma análise prévia para que se possa observar se o mesmo atinge aos critérios estabelecidos para a turma, se abrange as unidades temáticas da BNCC, se é inclusivo e se expõe os conteúdos de forma clara e completa para os/as alunos/as.

Por esse e outros motivos a necessidade do/a professor/a ser um pesquisador, bem como para ter o domínio do conteúdo trabalhado, o conhecimento do mundo e da realidade de seus alunos e alunas e de sua escola. É como afirma Costa e Moreira (2016), “[...] o professor precisa se ver pesquisador, buscar teorias e metodologias em busca de respostas para os desafios pedagógicos encontrados na relação pedagógica com os estudantes e ao mesmo tempo, no diálogo com o espaço geográfico onde está inserido” (COSTA; MOREIRA, 2016, p. 37).

Ademais, construímos este trabalho com o objetivo central de analisar o livro didático de geografia utilizado em uma escola de Esperança-PB. E para atingir este objetivo, estabelecemos mais três objetivos específicos: Analisar o ensino de geografia no Brasil; Investigar a história do livro didático; Explorar os documentos norteadores da educação brasileira.

BREVE HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático vem fazendo parte das várias gerações da sociedade, acompanhando suas mudanças e transformações. Este começa a surgir na Europa por volta do século XVII, com o advento da didática moderna, representada por Comenius, quando relações são estabelecidas com esse material didático pelos docentes. Nesse período, os documentos de forma impressa surgem com o intuito de prestar a aprendizagem e formação laica. Importante destacar que, a Bíblia também foi usada como instrumento de aprendizagem da escrita e leitura, nas escolas dominicais.

No século XVIII, com a Revolução Francesa, consolidou-se a ideia da educação pública laica, e então a importância dos livros didáticos nesse processo. Katuta e Deák (2017, p. 116), entendem “como instrumento de disseminação da língua vernacular, da habilidade, de operações matemáticas básicas e de conjunto de *habitus* comuns [...]”. Nesse período também há de se destacar que a prática e atuação do professor era subordinada aos manuais escolares/ livros, algo não tão distante da nossa realidade, visto

que na maioria das vezes o professor não tem autonomia para a escolha dos livros a serem utilizados, ou não possui outro recurso didático para suas aulas.

Só então a partir do século XIX que as obras didáticas são produzidas em maiores escalas, com a disseminação das ciências e do conhecimento, aumento e ampliação da formação profissional dos professores.

No Brasil, as políticas em relação ao livro didático têm início por volta da década de 30, com a criação do Instituto Nacional do Livro Didático (INL), este, pertencente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Já no ano de 1938, é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático, através do Decreto-Lei nº 1.006/ 38, que permitia tratar da produção, controle e circulação das obras didáticas no país.

Em 1945, com o Decreto- Lei nº 8460, o Estado passa a gerenciar e controlar todo o processo relacionado à adoção dos livros no Brasil. Vale ressaltar que nesse período houve uma grande falta de autonomia por parte dos professores para a escolha desses materiais, visto que eram controlados pelo Estado.

Outro importante ponto a se destacar, foi a instituição do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), no ano de 1985, vigente até a atualidade, que tem como uma das finalidades, fazer a distribuição gratuita dos livros didáticos para estudantes matriculados em escolas públicas. Foi possível também, a partir dessa implantação, que os professores das escolas públicas tivessem maior acesso e contato com os livros didáticos.

O ENSINO DE GEOGRAFIA

A geografia enquanto ciência e disciplina de estudos no ensino básico passou e passa ainda por amplas tentativas de remodelação, para e com o intuito de tornar os estudantes capazes de compreender as relações entre sociedade e meio ambiente, e de que modo agem um sobre o outro.

A geografia é dividida e organizada em três áreas, são elas: a geografia tradicional, crítica e a cultural. A **Geografia Tradicional** tem por objetivo identificar os componentes da paisagem (vegetação, relevo e clima); quantidade demográfica (habitantes de determinado local); nomes de cidades e estados; rios e mares. Trabalhando assim, somente, a partir de conceitos e definições.

Já a **Geografia Crítica** surgiu no ano de 1960 e foi elaborada por geógrafos franceses, com base na defesa de ser necessário uma posição crítica diante a realidade e ordem. Nesta área, o geógrafo é tido como agente de transformação social. Ao

professor/a, cabe a realização de locuções entre os problemas sociais, mediando e despertando nos/as alunos/as a tomada de consciência, a ser um agente ativo na resolução dos problemas.

E a **Geografia Cultural** surge no final do século XIX, na Alemanha. Defende uma proximidade de estudos relacionados à História, Sociologia, Filosofia e Psicologia. Tem foco na ação humana, na representação e ação do indivíduo com a natureza. Do/a professor/a se espera que faça relação entre as ações culturais da comunidade onde se encontra os/as alunos/as e a escola, conectando com os conteúdos de aprendizagem da sala de aula com a realidade.

De acordo com Moço (2008), o/a professor/a pode abordar e unir as três áreas de abordagens, de modo que nenhuma fique sobreposta sob a outra. Exemplificando tal afirmação, trazemos os seguintes casos: abordar em aula a respeito do rio que corta a cidade (tradicional); qual impacto sofreu determinada região com a inserção da ação humana no uso das águas deste rio (crítica); e qual a relação que a comunidade ribeirinha tem com o rio que atravessa o estado (cultural).

Tais exemplos supracitados são dados por Anderson Moço (2008), no artigo para a Revista Virtual NOVA ESCOLA, a fim de explicar que é possível sim elaborar uma aula contemplando as três abordagens geográficas. Acrescentando a isto, podemos trazer uma citação do trabalho de Costa e Moreira (2016) quando as mesmas discutem sobre o ensino de geografia de maneira interdisciplinar.

Com um projeto de interdisciplinaridade, percebemos a mudança no conceito de aula, pois não precisa acontecer apenas no interior das salas de aula e nem ser realizada com conteúdos expressos pelo professor, podendo ser desenvolvida em outros espaços físicos até fora da escola (COSTA; MOREIRA, 2016, p. 47).

O ensino de geografia no Brasil, contudo sofreu grandes e bruscas mudanças em sua organização, datando desde a sua inserção e chegada ao Brasil no ano de 1837 como disciplina na formação básica, até os dias atuais com as orientações da BNCC.

A GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS

Ao se trabalhar a geografia é preciso que o/a professor/a tenha alguns critérios e objetivos pré-estabelecidos para serem trabalhados durante o processo de ensino-aprendizagem. Com isto, é essencial refletir sobre a geografia nos anos iniciais da criança em seu processo de alfabetização. Debatendo também como esta criança pode aprender a

fazer uma leitura e escrita de mundo. Algo que Helena Callai (2013) discorre em seu trabalho. Nas palavras da autora, a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Deste modo, é possível alcançar o objetivo primeiro, uma alfabetização concreta, real, possível e dentro do vivido; a modo de fazer conversação com o que é posto.

A leitura do mundo, segundo a autora, é a leitura que se tem e, se faz do modo como o indivíduo se relaciona, se posiciona e se vê no lugar o qual se encontra. É tomar conhecimento do que existe, do que há e acontece, quais transformações ocorrem e ocorreram, e como isso alcança ao sujeito.

Ao fazermos uma leitura do mundo, começamos a conhecer tanto ele como os sujeitos do qual fazem parte e como estes interagem com os recursos disponíveis. É como Callai (2013) afirma, “Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e a satisfação das suas necessidades” (CALLAI, 2005, p. 228-229).

O lugar da geografia nos anos iniciais vem para que o estudante possa “Aprender a pensar o espaço” (CALLAI, 2015, p.229), com isto ele passará a observar o mundo de forma mais atenta. Portanto a geografia não pode mais ser trabalhada apenas através de enumerações de dados, nem análises do mundo de maneira desconexa ou através de Círculos Concêntricos (eu – família – rua – escola – cidade...). Esta deve passar a ser trabalhada de forma que possibilite ao estudante compreender a si mesmo no mundo e entender as diferenças existentes.

É preciso que o/a professor/a seja capaz de fazer a ligação entre as suas concepções de educação e a geografia, não esquecendo que os assuntos de geografia podem ser sim trabalhados de maneira interdisciplinar. É essencial que este se torne capaz de fazer uma contextualização para que os seus alunos compreendam o mundo através de conhecimentos legítimos e para isso acontecer é necessário que o professor seja também um pesquisador e que dê continuidade aos seus estudos, possibilitando assim um aprendizado maior e mais significativo para os seus alunos. Com isto, a autora afirma que

[...]É preciso que haja concepções teórico-metodológicas capazes de permitir o reconhecimento do saber do outro, a capacidade de ler o mundo da vida e reconhecer a sua dinamicidade, superando o que está posto como verdade absoluta. É preciso trabalhar com a possibilidade de encontrar formas de compreender o mundo, produzindo um conhecimento que é legítimo (CALLAI, 2005, p. 231).

Dentre tantos desafios velados e encontrados no processo de alfabetização geográfica, um deles é a noção de espaço. Fazer com que a criança tome consciência e saiba projetar, ler e deduzir o espaço o qual se encontra, tem sido tarefa difícil para os/as professores/as. Este desafio desencadeia um processo de visão de mundo, e como se encontra o indivíduo que faz tal leitura.

Callai (2005) afirma que para se ler o mundo deve-se levar em consideração “a realidade concreta do espaço vivido. É no cotidiano da própria vivência que as coisas vão acontecendo e, assim, configurando o espaço, dando feição ao lugar” (CALLAI, 2005, p. 234-235). Sendo assim é importante que o estudante comece a ler o mundo a partir de sua realidade, conhecendo desta forma também a história dos espaços observados.

Como exemplos, poderíamos incentivar a observação dos espaços pelo qual os alunos passam até a escola, as mudanças que ocorreram ao longo de dias, meses, até anos tanto pelas ações do ser humano como pela natureza. A partir daí poderiam também ser criados espaços para que professores e alunos trouxessem experiências do que observaram e como observaram. Sem esquecer de questionar o que poderia ser feito para melhorar cada vez mais os espaços. Possibilitando assim, uma melhor análise dos lugares e as interações existentes nele.

Se torna importante que a criança seja capaz de fazer análises geográficas. Fazer a análise geográfica, de acordo com Callai (2005), significa observar e investigar o mundo com um olhar espacial de modo a compreender tanto o lugar como as relações e as dinâmicas sociais existentes. Proporcionando às crianças uma leitura da sua própria história a partir de seu lugar, sua origem.

Para tudo isto acontecer é importante que se faça a leitura das paisagens. Esta leitura faz referência às imagens que podem ser observadas ao se analisar os espaços investigados. A exemplo de prédios, ruas, construções, monumentos, praças, viabilizando ao vidente analisar um pouco da história representada naqueles espaços.

Após isto, o/a professor/a vai a partir dos conceitos desenvolver nos alunos a capacidade de analisar o mundo a partir da linguagem geográfica. Fundamentando desta forma o seu conhecimento através de uma linguagem específica. E por último, ao ser capaz de analisar o mundo de maneira mais crítica, a criança começa a entender melhor sobre os integrantes daquele lugar e suas culturas. A autora supracitada ainda afirma que,

A capacidade de o aluno fazer representação de um determinado espaço significa muito mais do que estar aprendendo geografia: pode ser um exercício

que permitirá a construção do seu conhecimento para além da realidade que está sendo representada, e estimula o desenvolvimento da criatividade, o que, de resto, lhe é significativo para a própria vida e não apenas para aprender, simplesmente (CALLAI, 2005, p. 244).

Ao se ensinar geografia nos anos iniciais possibilita que as crianças tenham um contato melhor com o mundo. Possibilitando a estas também uma melhor compreensão acerca dele, de si mesmo, do outro e das histórias vivenciadas naquele lugar. Pois quando esta passa a fazer a leitura das paisagens a partir dos ensinamentos do/a professor/a, ela passa a ver o espaço a partir de um leque de possibilidades distintas. Lembrando também que estas contribuições auxiliam na alfabetização dos alunos, através da leitura da palavra e da leitura de mundo.

E com estes ensinamentos formaremos desta forma cidadãos conscientes acerca dos espaços que vivencia, como também o espaço que o outro vivencia. Sendo possível ainda fazer uma análise das nuances existentes dos espaços que a sociedade humana construiu.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A área intitulada de Ciências humanas traz em seu encargo as orientações para o ensino de Geografia e História, tomando base nas ações humanas e circunstâncias históricas. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

O raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente (BRASIL, 2017, p. 353).

Deste modo, é posto que as abordagens devem favorecer e promover uma compreensão com o espaço presente, explorando as noções de espaço e tempo, e as diversas linguagens. Possibilitando que o aluno seja capaz de ler, compreender os diversos mapas e fotografias de variados espaços.

As ciências humanas devem estimular uma formação ética, a ponto de valorizar e tornar consciente que o aluno é agente direto, que participa e protagoniza as ações voltadas ao respeito pelos direitos humanos, meio ambiente e coletividade comunitária e bem reconhecer as desigualdades sociais.

Ao tratar da Educação Básica, “o ensino das Ciências Humanas deve promover explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza” (BRASIL, 2017, p. 354).

O documento ainda ressalta que para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é importante que se valorize e problematize as experiências que os alunos trazem para a sala de aula, a modo de fazer relação com o ensino, a fim de explorar e utilizar também o espaço escolar. Deste modo, a abordagem sendo assim realizada, possibilita ao aluno desenvolver um pensamento crítico e criativo.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA BNCC

O documento faz alusão a importância do ensino e aprendizagem do conteúdo geografia, elencando que este contribui para a formação do conceito identitário do sujeito, sendo expresso nas diversas formas, desde a leitura de paisagens, ações coletivas e individuais. De acordo com a BNCC, “o pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também de outras áreas (como Matemática, Ciência, Arte e Literatura)” (BRASIL, 2017, p. 359).

São estas as contribuições da geografia para os indivíduos na Educação Básica: desenvolver o pensamento espacial, estimular o raciocínio geográfico, interpretar o espaço que se encontra e as transformações naturais e frutos de ação humana. Compete também ao ensino de geografia, de acordo com a BNCC, que o sujeito reconheça para além de sua posição no espaço, identifique as diferenças de grupos, localizações e desenvolva a capacidade de resolução de problemas.

A aprendizagem da Geografia favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos (respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza). Ela também estimula a capacidade de empregar o raciocínio geográfico para pensar e resolver problemas gerados na vida cotidiana, condição fundamental para o desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC (BRASIL, 2017, p. 361).

Para esta finalidade, a BNCC se encontra organizada com base na Geografia Contemporânea e diferenciada por níveis, a modo que está dividido em cinco unidades temáticas, nas quais cada uma vislumbra competências e habilidades que devem ser trabalhadas pelos professores com seus alunos.

A unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo”, vislumbra focar nas noções de pertencimento e identidade. Para os anos iniciais, é esperado que “[...] as crianças percebam e compreendam a dinâmica de suas relações sociais e étnico-raciais, identificando-se com a sua comunidade e respeitando os diferentes contextos socioculturais” (BRASIL, 2017, p. 362).

Em “Conexões e escalas”, o foco está nas articulações de diferentes espaços e escalas, a modo de possibilitar que haja compreensão por parte dos alunos de relações existentes entre os fatos de níveis locais e globais.

Em “Mundo do trabalho”, é abordado os processos e as técnicas utilizadas para manejo, as quais foram desenvolvidas a partir da ação humana em diversos tempos; aborda-se também as características das atividades econômicas e suas funções no contexto socioeconômico.

Na unidade “Formas de representação e pensamento espacial”, aborda-se as leituras de mapas, cartografias e fotografias; é incentivado nesta fase a alfabetização cartográfica. Nos anos iniciais este objetivo é alcançado através de exercícios de localização geográfica e pensamento espacial.

Já em “Natureza, ambientes e qualidades de vida”, articula-se a geografia física com a geografia humana, destacando-se os processos físico-naturais. É objetivado o trabalho a respeito das ações do ser humano em relação ao ambiente que vive e se encontra, os recursos naturais dispostos na natureza e sua exploração e os impactos socioambientais provenientes destas ações.

Vale ressaltar que em toda as unidades temáticas elencadas e dispostas pela BNCC destacam-se aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana, tais como: estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; e propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum (BRASIL, 2017, p. 364)

Para este fim, as crianças nos anos iniciais devem ser incentivadas a comparar realidades distintas das suas, os lugares onde vivem, elencando as diferenças e semelhanças socioespaciais, observando a ausência ou presença de ações e equipamentos derivados da ação humana (BRASIL, 2017).

METODOLOGIA

A metodologia adotada se configura como qualitativa, tendo por objetivo analisar o livro de geografia adotado pela prefeitura de uma cidade interiorana no estado da Paraíba, fazendo uso do método de revisão bibliográfica para comparar e analisar criticamente o que orientam os autores e especialistas em ensino de geografia. De acordo com Prezensky e Mello,

A leitura reflexiva/crítica implica o estudo crítico da obra a partir de critérios, visando a ordenar e sumarizar informações. Realiza-se, então, a leitura interpretativa para relacionar as informações da obra com o problema para o qual se busca solução (PREZENSZKY; MELLO, 2019, p. 157).

Diante das leituras realizadas de textos pré-estabelecidos e selecionados, e discutidos em sala durante as aulas da disciplina de “Ensino de Geografia”, foi proposto e orientado a seguir um modelo organizado pela professora responsável para realizar a análise do livro estudado em questão, a partir disso surgiu a escrita deste trabalho.

ANÁLISE DO LIVRO

A análise se deu a partir do roteiro pré-estabelecido e disponibilizado pela professora responsável, o qual norteou as observações relatadas. A fim de obtermos informações e enriquecer este trabalho, analisamos um livro didático, disposto e utilizado no município de Esperança, no brejo paraibano, o livro faz parte da campanha “Conectados geografia 3º ano”, publicado e distribuído pela editora FTD, São Paulo. O referido livro faz parte e foi selecionado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e tem validade de quatro anos.

Seus autores são Edilson Adão Cândido da Silva, licenciado em Geografia pela USP, é professor de Geografia no ensino médio e Superior, possui mestrado em Ciências, com ênfase em Geografia Humana; e também Laercio Furquim Junior, licenciado em Geografia pela USP, professor de ensino médio e superior, mestre em ciências com ênfase em Geografia Humana. Ambos autores possuem seu título de mestre pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

O referido livro possui ao todo 144 páginas, é dividido em quatro unidades temáticas que visam trabalhar de modo contínuo as temáticas e problemáticas desenvolvidas. Na Unidade I, intitulado “O que é paisagem” traz dois capítulos, o primeiro sob o título “As paisagens são diferentes”, e o segundo “As representações da

paisagem”. Foi possível perceber a escassez de informações, pois o determinado capítulo não traz informações ou definições a respeito do que é ou venha a ser paisagem, apenas coloca imagens soltas e com breves textos, o que foi percebido não apenas na Unidade I, mas também como em toda extensão do livro analisado.

A unidade II intitula-se “As transformações nas paisagens”, também organizado de modo a contemplar dois capítulos, o primeiro versando sobre o ser humano e a relação com as paisagens, e o segundo sobre a natureza e as paisagens. Foi percebido a ausência de contextualização a respeito das temáticas trabalhadas, deixando a desejar nas complementações e explicações.

A unidade III “Paisagens do Campo e da Cidade”, é dividida a fim de trabalhar de modo distinto e separado ambas situações. E por fim, o capítulo IV “Os impactos no ambiente”, versa a respeito da agropecuária e extrativismo no campo, na situação rural, e indústria e comércio, a fim de fazer relação com a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a breve análise do livro, pesquisamos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quais as unidades temáticas e quais os objetos de conhecimento são postos para o 3º ano do ensino fundamental I, e se estes estavam presentes no livro didático analisado. Foi possível concluir que sim, o livro abarca as unidades e objetos postos pela BNCC, porém, de modo sucinto, breve, sem detalhes e ou aprofundamento.

No quesito que tange a linguagem, foi notório a escassez de informações, ocultando definições e privilegiando questões vagas, sem nexos com a temática trabalhada. A respeito das imagens, foi percebido a presença vaga, com qualidade mediana, imagens e fotografias de acesso rápido e fácil dispostas na internet, por vezes, as mesmas não faziam relação com os temas trabalhados, nem tão pouco fazendo relação com a situação envolvida.

No que diz respeito a ludicidade e estimulação de raciocínio criativo e crítico, o livro apresenta questões avaliativas acerca das temáticas sem quaisquer preocupações a estimular a pesquisa, a modo que se é dada a respostas curtas. Em contraponto, o livro trabalha com o estímulo de “projetos”, que são trabalhados de forma interdisciplinar, porém, sem levar em consideração a criatividade e criticidade.

Não foi notável a presença de diversidade local, a modo de abordar questões locais, regionais, nacionais e mundiais. O livro a este fim, é tido apenas como um roteiro

para as aulas, sem fazer quaisquer relações entre homem e natureza. O livro analisado, caracteriza-se na nossa concepção no ensino de geografia tradicional.

A fim de toda análise, pudemos observar a presença de diversidade de gênero e etnias nas imagens inseridas no livro, o que foi ressaltado como ponto positivo durante a análise. O que nos chamou a atenção na obra analisada, é o fato deste livro ser adotado nas escolas rurais do município de Esperança, como posto nas linhas iniciais deste trabalho. Segundo relato, o mesmo livro é adotado em todas as escolas da rede municipal, o que se foi tomado como ponto crítico para os pesquisadores, afinal, ao adotar o mesmo livro para toda rede, não se levou em consideração a situação e localidade a qual seria utilizado.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

CALLAI, Helena Copetti. **O estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem.** Espaço da escola, editora UNIJUI. ed. n° 47, 2013. p. 11-14;

_____. **Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005;

COSTA, Rita de Cássia Marques; MOREIRA, Cileya de Fátima Neves. Ensino de geografia no ensino fundamental. In: _____. **Fundamentos metodológicos e prática do ensino de geografia.** INTA. 2016.

MOÇO, Anderson. **O que ensinar em geografia.** Nova escola. Planejamentos. NOVAESCOLA. ed. 217. Outubro. 2008;

PREZENSZKY, Bruno Cortegoso; MELLO, Roseli Rodrigues de. **Pesquisa bibliográfica em educação: análise de conteúdo em revisões críticas da produção científica em educação.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 19, n. 63, out./dez. 2019. p. 1569-1595.

KATUTA, Ângela Massumi; DEÁK, Simone Conceição Pereira. **O livro didático de geografia para as séries iniciais do ensino fundamental e formação docente no Brasil.** Terra Livre, São Paulo. Ano 30, Vol.1, n 44. p. 114-143. 2017.

SILVA, Edilson Adão Cândido da. **Conectados geografia, 3 ano: componente curricular geografia: ensino fundamental, anos iniciais / Edilson Adão Cândido da Silva, Laercio Furquini Junior.** – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2018.